

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.764
Preferenciais	0
Total	11.764
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	229.229	232.427
1.01	Ativo Circulante	93.661	90.870
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	188	23
1.01.02	Aplicações Financeiras	90.477	87.140
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	90.477	87.140
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	90.477	87.140
1.01.03	Contas a Receber	80	1.490
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	80	1.490
1.01.03.02.01	Remuneração dos Investimentos	0	1.408
1.01.03.02.03	Outras	80	82
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.916	2.217
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.916	2.217
1.01.06.01.01	Ativos fiscais a compensar	2.916	2.217
1.02	Ativo Não Circulante	135.568	141.557
1.02.02	Investimentos	135.558	141.545
1.02.02.01	Participações Societárias	135.558	141.545
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	91.486	81.494
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	44.072	60.051
1.02.03	Imobilizado	8	10
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8	10
1.02.03.01.01	Móveis e Utensílios	8	10
1.02.04	Intangível	2	2
1.02.04.01	Intangíveis	2	2
1.02.04.01.02	Software	2	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	229.229	232.427
2.01	Passivo Circulante	23.072	20.842
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	438	437
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	438	437
2.01.03	Obrigações Fiscais	358	535
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	358	535
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	313
2.01.03.01.02	Outros	358	222
2.01.05	Outras Obrigações	22.276	19.870
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.181	19.582
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.532	1.537
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	20.649	18.045
2.01.05.02	Outros	95	288
2.01.05.02.04	Outros	95	288
2.02	Passivo Não Circulante	6.413	35.176
2.02.02	Outras Obrigações	0	23.329
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	23.329
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	23.329
2.02.03	Tributos Diferidos	6.413	11.847
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.413	11.847
2.03	Patrimônio Líquido	199.744	176.409
2.03.01	Capital Social Realizado	118.055	118.055
2.03.04	Reservas de Lucros	35.173	35.173
2.03.04.01	Reserva Legal	4.875	4.875
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.790	14.790
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.508	15.508
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	33.737	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.779	23.181

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.095	31.542	831	-4.874
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.447	19.307	-1.979	-7.067
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	77	543	152	381
3.04.04.01	Dividendos	0	375	0	220
3.04.04.02	Outros	77	168	152	161
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.465	11.692	2.658	1.812
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.095	31.542	831	-4.874
3.06	Resultado Financeiro	310	2.195	1.261	3.605
3.06.01	Receitas Financeiras	410	2.739	1.522	4.684
3.06.02	Despesas Financeiras	-100	-544	-261	-1.079
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.405	33.737	2.092	-1.269
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	122	0	0	0
3.08.01	Corrente	122	0	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.527	33.737	2.092	-1.269
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.527	33.737	2.092	-1.269
3.99.01.01	ON	0,21483	2,86786	0,17784	-0,10783

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	2.527	33.737	2.092	-1.269
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.129	-10.402	-188	7.078
4.02.01	Ganhos na Avaliação Ativos Valor Justo	-1.615	-15.981	-357	10.682
4.02.02	IR/CS diferido s/ Avaliação Valor Jusrto	549	5.433	122	-3.632
4.02.03	Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-63	146	47	28
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.398	23.335	1.904	5.809

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	165	29.593
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.280	-3.064
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo do Período)	33.737	-1.269
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2	17
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-11.692	-1.812
6.01.01.05	Reversão de provisão risco de crédito	-23.327	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-399	30.217
6.01.02.01	Remuneração dso Investimentos	1.408	1.450
6.01.02.02	Ativos Fiscais a Compensar	-699	-1.104
6.01.02.03	Créditos Diversos	0	-152
6.01.02.05	Títulos de Valores Mobiliários	-3.337	22.615
6.01.02.06	Tributos e Contribuições Sociais	-177	-977
6.01.02.07	Contas a Pargar com Partes Relacionadas	2.406	8.385
6.01.03	Outros	1.844	2.440
6.01.03.01	Dividendos Recebidos	1.844	2.440
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-4.733
6.02.01	Pagamento de Dividendos	0	-4.733
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-24.860
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	165	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23	37
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	188	37

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	118.055	0	35.173	0	23.181	176.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.055	0	35.173	0	23.181	176.409
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.737	-10.402	23.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.737	0	33.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.402	-10.402
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-10.548	-10.548
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	146	146
5.07	Saldos Finais	118.055	0	35.173	33.737	12.779	199.744

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	118.055	0	59.207	0	10.171	187.433
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.055	0	59.207	0	10.171	187.433
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-21.731	0	0	-21.731
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.731	0	0	-21.731
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.269	7.078	5.809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.269	0	-1.269
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.078	7.078
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	7.078	7.078
5.07	Saldos Finais	118.055	0	37.476	-1.269	17.249	171.511

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	21.910	-3.803
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.417	-1.691
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	23.327	-2.112
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.910	-3.803
7.04	Retenções	-2	-17
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-17
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.908	-3.820
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.974	6.877
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.692	2.193
7.06.02	Receitas Financeiras	2.739	4.684
7.06.03	Outros	543	0
7.06.03.01	Dividendos	375	0
7.06.03.02	Outras receitas	168	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.882	3.057
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.882	3.057
7.08.01	Pessoal	1.699	2.362
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.699	2.362
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	721	759
7.08.02.01	Federais	721	759
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	725	1.205
7.08.03.01	Juros	544	1.205
7.08.03.02	Aluguéis	181	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.737	-1.269
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.737	-1.269

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no terceiro trimestre de 2020, lucro líquido no valor de R\$ 2.527, resultado superior em 20,80% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro líquido de R\$ 2.092. No acumulado do período de 2020, o lucro apurado montou em R\$ 33.737, sendo 2.759,59% superior ao apresentado no mesmo período de 2019 quando a empresa acumulou prejuízo no montante de R\$ 1.269.

As Receitas Totais no período findo em 30 de setembro de 2020, atingiram o montante de R\$ 14.974, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 117,74% superiores àquelas auferidas no mesmo período de 2019 estas no montante de R\$ 6.877.

No acumulado do período de 2020, o rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e dos dividendos declarados pela investida EDP Energias do Brasil.

O Resultado Financeiro no terceiro trimestre de 2020, no montante de R\$ 310 reflete os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Tal resultado foi inferior em 75,42% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 1.261. Quanto ao período acumulado, o resultado financeiro de R\$ 2.195 foi 39,12% inferior ao período do ano anterior, que apresentou resultado de R\$ 3.605. Esta redução se justifica em virtude da queda da taxa de rentabilidade dos Fundos Extramercado.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 1.447, no terceiro trimestre de 2020, observa-se uma redução de 26,88%, em relação ao mesmo período de 2019, quando seu valor foi de R\$ 1.979. Desconsiderando as provisões realizadas no trimestre de 2019, as Despesas Operacionais do terceiro trimestre de 2019 apresentaram o montante de R\$ 1.793, ou seja, houve uma redução de 19,30% nas despesas do terceiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Em relação ao período acumulado, houve reversão de provisões referente ao negócio Eletronet, no montante de R\$ 23.327 mil no primeiro trimestre de 2020, em função da prorrogação dos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99, o que excluiu a solidariedade da Eletropar no que se refere à dívida da Eletronet. Já no acumulado do período de 2019, houve a constituição de perda com crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 2.112. Estas reversões e provisões estão detalhadas na Nota Explicativa nº 8.

Excluindo os montantes referentes à constituição e reversão de provisões, as despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 4.020, no período acumulado de 2020. Observa-se uma redução de 18,86%, em relação ao mesmo período de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



2019, quando seu valor foi de R\$ 4.954. Esta redução justifica-se, em virtude da menor despesas com tributos, pessoal, publicidade legal e serviços de terceiros.

Coronavírus (“COVID-19”)

Desde fins de 2019, verifica-se a progressão da transmissão do novo coronavírus (Sars-Cov-2) em diversos territórios ao redor do mundo. Em 11 de março, foi decretada a situação de pandemia da doença por ele causada, a COVID-19, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A propagação da COVID-19 tem afetado os negócios e as atividades econômicas em diversos países.

A Eletropar vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e do governo do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à operação e vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas atividades.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários -CVM emitiu o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, orientando as Companhias e seus Auditores Independentes a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19, em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas.

Há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. As consequências de algumas medidas que estão sendo tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade impostas, sobretudo, pelos governos estaduais e municipais, podem gerar queda no fluxo de caixa e impactar negativamente as operações das companhias.

A Administração da Eletropar não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios e tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

No período acumulado de 2020, houve desvalorização da carteira de ações avaliadas ao valor justo, apresentada na Nota Explicativa n.º 10, de R\$ 15.979 (R\$ 10.548, líquido dos efeitos tributários), com contrapartida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Mesmo com a queda relevante do mercado de capitais, a carteira de participações societárias a valor justo ainda apresenta avaliação patrimonial acumulada positiva, líquida de tributos, de R\$ 12.449 ao final de setembro de 2020.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.

ELETROPAR

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da EDP - Energias do Brasil S.A., da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da Light – Light S.A., todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, e também, da Eletronet S.A. – Eletronet, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 02 de abril de 2020, o Decreto Nº 10.304, de 1º de abril de 2020, que exclui do Programa Nacional de Desestatização - PND a Eletrobras Participações S.A. - Eletropar.

A Administração da Companhia aprovou as informações financeiras intermediárias em 11 de novembro de 2020.

COVID-19

Impactos para a Eletropar

A Eletropar vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à operação e vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas atividades.

A Companhia mantém acompanhamento diligente das suas operações, tendo aprimorado os protocolos originais de operação e ações emergenciais a serem adotadas, seguindo as orientações da *holding* Eletrobras.

A força de trabalho da Eletropar tem desempenhado com êxito suas atividades e, não se observou até o momento, nenhum impacto operacional significativo causado pela pandemia da COVID-19.

www.eletrabraspar.com.br

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Aspectos econômicos e financeiros

Há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. As consequências de algumas medidas que estão sendo tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade impostas, sobretudo, pelos governos estaduais e municipais, podem gerar queda no fluxo de caixa e impactar negativamente as operações das companhias.

A Administração da Eletropar não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios e tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

No período acumulado de 2020, houve desvalorização da carteira de ações avaliadas ao valor justo, apresentada na Nota Explicativa n.º 10, de R\$ 15.979 (R\$ 10.548, líquido dos efeitos tributários), com contrapartida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Mesmo com a queda relevante do mercado de capitais, a carteira de participações societárias a valor justo ainda apresentava avaliação patrimonial acumulada positiva de R\$ 12.449 ao final de setembro de 2020.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, emitidas em 27 de março de 2020.

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

2.1.1 Informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting, emitidas pelo

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1.2 – Adoção de novas normas e interpretações

Os normativos abaixo entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 e não apresentaram impacto e ou alterações significativas na apresentação dessas Demonstrações Financeiras intermediárias.

- CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro

A partir de 01 de janeiro de 2020 entrou em vigor as alterações do CPC00-Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro que apresentou substancialmente novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação das Demonstrações Financeiras, além de atualizar a definição de ativos e passivos, bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento dos mesmos nas demonstrações financeiras.

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) – Definições de negócios
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal são remuneradas pela taxa média da Selic e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



- a) Risco de Taxa de Juros - A rentabilidade do fundo pode ser impactada em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo FUNDO, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
- b) Risco de Descasamento - A performance do fundo pode não refletir integralmente a performance do *benchmark*, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações. Ademais, o risco de não aderência ao benchmark pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do FUNDO.
- c) Risco de vinculação a um benchmark - O benchmark do FUNDO pode ter resultados negativos, implicando em perdas para o FUNDO.
- d) Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS) - os preços dos ativos podem variar em virtude dos spreads praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS.
- e) Risco de Liquidez - Consiste no risco de o FUNDO, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado. Além disso, para todos os fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende também a dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos.
- f) Risco de Conjuntura - Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.
- g) Risco Sistêmico - Possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN.
- h) Risco Regulatório - a eventual interferência de órgãos reguladores no mercado como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podem impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Análise de sensibilidade()*

	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
	0,46%	0,50%	0,63%	0,38%
Rendimento das Aplicações Financeiras	410	444	555	333

* Taxa para o período de três meses encerrados em 30 de setembro de 2020.

Para análise de sensibilidade, foi considerado como cenário provável a média da taxa Selic de 2,00% e a projeção das Empresas Eletrobras de taxa 2,00% a.a., sendo considerado como cenário remoto e provável a variação de 25% para cima e para baixo, respectivamente.

IV – Risco de crédito das operações com a Eletronet

A Eletronet tem pago, dentro do prazo de vencimento, a remuneração referente ao direito de uso das fibras ópticas. Porém, considerando a situação financeira atual da

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Eletronet, bem como o parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional no relatório dos seus auditores independentes, a Eletropar reconheceu nas suas informações financeiras intermediárias de 2020 provisão quanto a totalidade dos créditos a vencer registrados contra a Eletronet. Como o valor a receber foi anulado com a provisão para devedores duvidosos, não houve como contrapartida a contabilização de valor a pagar, visto que não há solidariedade entre ELETROPAR e ELETRONET, quanto a inadimplências.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo por meio de resultado em 30 de setembro de 2020.

	30/09/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	44.072	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Aplicações financeiras	90.477	-	-
	134.549	-	-
	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	60.051	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Aplicações financeiras	87.140	-	-
	147.191	-	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	30/09/2020			Total
	Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	
Ativos conforme Balanço Patrimonial:				
Investimentos	-	-	44.072	44.072
Aplicações financeiras	-	90.477	-	90.477
Contas a Receber com Partes Relacionadas	-	-	-	-
Remuneração dos Investimentos	-	-	-	-
Outros Créditos	80	-	-	80
	80	90.477	44.072	134.629

Notas Explicativas


 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA


	31/12/2019			
	Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:				
Investimentos	-	-	60.051	60.051
Aplicações financeiras	-	87.140	-	87.140
Contas a Receber com Partes Relacionadas	-	-	-	-
Remuneração dos Investimentos	1.408	-	-	1.408
Outros Créditos	82	-	-	82
	1.490	87.140	60.051	148.681

	30/09/2020	
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Contas a pagar com Partes Relacionadas	22.181	22.181
Contas a pagar - Outros	95	95
	22.276	22.276

	31/12/2019	
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Contas a pagar com Partes Relacionadas	42.911	42.911
Contas a pagar - Outros	288	288
	43.199	43.199

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Para efeito deste relatório, não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa nenhuma aplicação de liquidez imediata.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e Bancos	188	23
	188	23

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS – TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE, FAE2 e Extra VI IRFM 1, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Os rendimentos financeiros até setembro de 2020 são de R\$ 2.739 mil.

Os fundos são administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal e são lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo.

	<u>Indexador</u>	<u>Agente Financeiro</u>	<u>Saldo em 30/09/2020</u>
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	66.462
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	24.015
			90.477

	<u>Indexador</u>	<u>Agente Financeiro</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	69.095
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	18.045
			87.140

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	30/09/2020	31/12/2019
EDP – Energias do Brasil	-	627
CTEEP	-	604
EMAE	-	177
	-	1.408

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

A Eletronet S.A. (“Eletronet”) foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencente a Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (“CGT Eletrosul”), atual denominação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (“CHESF”) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”, que, quando citadas em conjunto, são denominadas simplesmente de “Cedentes”), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Eletropar e as Cedentes (“Contrato de Cessão de Direito de Uso”) e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.) em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração (“Contrato de Constituição do Direito de Acesso”).

Em 29 de abril de 2003, foi ajuizado o pedido de autofalência pela Eletronet. Mantendo-se a Eletronet em situação falimentar, sob gestão de interventor nomeado judicialmente, até o dia 18 de dezembro de 2015.

Foi realizada em 15 de dezembro de 2015 a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet.

No dia 20 de fevereiro de 2020, a Eletropar celebrou com a Eletronet os seguintes instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida e 1º termo aditivo ao Contrato de Confissão de Dívida, 4º e 5º termos aditivos ao Contrato ECE-1165/99.

Em paralelo, a Eletropar celebrou na mesma data, com as empresas Chesf, CGT Eletrosul, Eletronorte e Furnas (Cedentes), os instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida e 1º termo aditivo ao Contrato de Confissão de Dívida, e 9º termo aditivo ao Contrato ECE-1166/99.

O Contrato de Confissão de Dívida definiu a questão sobre os valores referentes a cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas disponibilizadas e/ou não ativadas, para o período de janeiro de 2016 a janeiro de 2019, que serão cobrados da Eletronet e repassados às Cedentes.

Deste modo, a Eletronet confessa e reconhece, ser devedora da Eletropar, e por sua vez a Eletropar confessa e reconhece ser devedora das Cedentes, no montante de R\$ 130.000 mil, em valores históricos relativos à data-base de 31/01/2019, cuja exigibilidade fica suspensa e condicionada à satisfação de uma das condições abaixo:

- I) A LT Bandeirante compromete-se a empregar os seus melhores esforços para, até 20.05.2020: (i) ofertar, prospectar, apresentar, negociar e realizar todas

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



- as atividades que se façam necessárias para que um novo terceiro investidor, seja selecionado, com o propósito de adquirir, direta ou indiretamente, as ações representativas do controle da Eletronet e, cumulativamente; (ii) que o novo Terceiro Investidor subscreva (direta ou indiretamente) ações de emissão da Eletronet em aumento de capital e integralize o competente preço no valor do Crédito Eletropar, nos termos deste Instrumento (“Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor”);
- II) Caso não ocorra a compra de controle da Eletronet pelo Terceiro Investidor e concomitantemente a subscrição do Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor até o dia 20.05.2020, a Eletropar irá, até 22.05.2020, subscrever ações de emissão da Eletronet, integralizando o competente preço com o Crédito Eletropar (“Aumento de Capital pela Eletropar”).
- III) Caso haja impossibilidade de realização do Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor e do Aumento de Capital pela Eletropar, até 22.05.2020, Eletropar e LT Bandeirante realizarão, até 21 .05.2021, a venda conjunta da totalidade das ações de emissão da Eletronet (tanto as de titularidade da Eletropar quanto as de titularidade da LT Bandeirante), a ser conduzida pela Eletropar.

Outrossim, a Eletrobras e as empresas CEDENTES solicitaram, em 20/02/2020, à ANEEL, por meio da CTA-PR-0581/2020, a anuência do Termo Aditivo nº 09 ao Contrato ECE-1166/99, ainda em análise pelo órgão regulador.

No dia 13 de abril de 2020, a LT Bandeirante, solicitou por meio carta, prorrogação dos referidos prazos estabelecidos no Contrato de Confissão de Dívida, em virtude do cenário atual provocado pela pandemia do COVID-19, onde afetou o ambiente de negócio de todo o mundo, o que tornou inviável a realização das operações societárias no prazo estipulado no contrato.

Diante disso, a Eletropar encaminhou a solicitação da LT Bandeirante para o Comitê Diretor das Cedentes, que em reunião realizada em 12/05/2020, aprovou a prorrogação até 20/08/2020, prorrogáveis por outros 90 dias, até 20/11/2020, o prazo para cumprimento do item (i), e conseqüentemente a prorrogação para 22/11/2020, o prazo do item (ii) e para 20/11/2021 o prazo do item (iii).

Já os termos aditivos 4º e 5º do contrato ECE 1165/99 e o termo aditivo 9º do contrato ECE 1166/99, definiram o valor bruto de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por quilômetro de par de fibra ativada e de fibra óptica disponibilizada para ativação em favor da Eletronet e renovou os contratos por mais 20 anos, a partir de 20 de agosto de 2019.

A remuneração da Eletropar, pelo exclusivo gerenciamento dos interesses das Cedentes, neste CONTRATO, constituir-se-á do valor resultante da aplicação do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor líquido mensal recebido, pela Eletropar, da Eletronet.

Os valores serão reajustados com periodicidade anual pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

Todos os demais valores recebidos pela Eletropar, seja a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras formas de rendimento provenientes de sua participação acionária na Eletronet, serão repassados às Cedentes.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Com a renovação desses contratos, além dos créditos assumidos no contrato de confissão de dívida, a Eletronet também reconhece:

- 1) A obrigação de pagar a Eletropar, conforme definido no Memorando de Entendimentos, celebrado entre a Eletropar, LT Bandeirante e Eletrobras, o valor de R\$ 15.000 mil, referente aos 3 (três) últimos anos de direito de uso das fibras óticas e respectiva infraestrutura (2013 a 2015);
- 2) A obrigação de pagar aos Credores Quirografários que houverem optado pela novação com constituição de garantia, em Valor Superior a R\$ 100 mil, o valor equivalente a R\$ 6.560 mil por cada período de 1 (um) ano adicional que o Contrato de Cessão de Uso tiver sido prorrogado ou que a Eletronet tiver autorização para continuar a explorar os ativos e bens cedidos por meio de tal contrato, limitados ao valor de R\$ 131.204 mil. A Eletropar tem direito ao um percentual de 10,63% sobre o valor corrigido, que até setembro de 2020 é de R\$ 174.422

Os contratos celebrados são classificados como "contratos combinados", pois foram negociados com um único objetivo comercial e o valor a ser pago, depende do pagamento do outro.

Com a renovação dos contratos, foi excluída a solidariedade da Eletropar com relação aos créditos da Eletronet. Deste modo, a obrigação da Eletropar deve ser reconhecida à medida que os valores forem efetivamente pagos pela Eletronet, equalizando assim, a posição entre o ativo e passivo envolvidos na operação.

Segue abertura dos créditos Eletronet:

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a Receber (30/09/20)
Contrato Confissão de Dívida - CCD	140.145	-	140.145
MOU (2013 a 2015)	15.000	-	15.000
Crédito renovação contrato	18.541	-	18.541
Crédito ROW – até 19/02/20	19.238	(19.238)	-
Crédito ROW – a partir de 20/02/20	9.671	(8.390)	1.281
Saldo patrimonial da operação	<u>202.595</u>	<u>(27.628)</u>	<u>174.967(*)</u>

(*) Valor integralmente provisionado em PCLD.

Segue abertura do passivo com as Cedentes, considerando os valores recebidos pela Eletronet:

	Valores CAIXA	Repasse Cedentes	Saldo a Pagar (30/09/20)
Crédito ROW – até 19/02/20	19.238	-	19.238
Crédito ROW – a partir de 20/02/20	8.390	(8.390)	-
Remuneração Fundo Invest. CEF	1.410	-	1.410
Saldo patrimonial da operação	<u>29.038</u>	<u>(8.390)</u>	<u>20.648</u>

www.eletronet.com.br

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Segue a composição líquida do contas a receber Eletronet x contas a Pagar Cedentes:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a Receber - Eletronet	174.967	-
Contas a Pagar - Cedentes	(195.615)	(41.373)
Saldo patrimonial da operação	<u>(20.648)</u>	<u>(41.373)</u>

A variação entre o valor registrado em dezembro de 2019 e o saldo reconhecido em setembro de 2020, é efeito da reversão da provisão dos valores a pagar, em função da assinatura dos aditivos aos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99.

O valor de R\$ 20.648 refere-se aos valores já recebidos da Eletronet e depositados na Caixa Econômica Federal. No contrato celebrado com as cedentes, a Eletropar assumiu o compromisso de repassar às Cedentes os valores já recebidos pela Eletronet e aplicados no Fundo Extramercado da Caixa Econômica. Estes valores recebidos referem-se a parte dos valores pagos do contrato de confissão de dívida, celebrado em fevereiro de 2018, e do direito de passagem (ROW) do período de fevereiro de 2019 a 19 de fevereiro de 2020.

Segue a composição líquida no resultado:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Reversão/(constituição) PCLD - Eletronet	16.329	(2.112)
Rec. Despesa – Reversão complemento ROW (*)	6.998	-
Saldo resultado da operação	<u>23.327</u>	<u>(2.112)</u>

(*) Complementos no contas a pagar, com constituição de perda, referente as diferenças apuradas entre o quantitativo informado pela Eletronet e o confirmado pelas cedentes. Os valores foram reconhecidos em perdas, nos exercícios de 2017 (R\$ 5.498 mil) e 2018 (R\$ 1.500 mil).

I – Detalhamento do contas a pagar Cedentes, por empresa

Conforme estabelecidos nos contratos, a forma de satisfação do Crédito Cedentes, dependerá de como será satisfeito o Crédito Eletropar (Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor, Aumento de Capital pela Eletropar ou Venda Conjunta). Como não há mais responsabilidade de solidariedade sobre os valores a pagar da Eletronet, os valores reconhecidos são os efetivamente recebidos pela Eletronet. Deste modo, a integralidade dos valores reconhecidos no passivo não circulante, foi revertido.

Deste modo, segue abaixo, a composição das obrigações da Eletropar para com as Cedentes.

Notas Explicativas
 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA


	Abertura Saldos a Pagar Cedentes, Partes Relacionadas	
	30/09/2020	31/12/2019
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.388	12.979
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	5.644	9.965
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	2.490	5.863
CGT Eletrosul	6.126	12.566
TOTAL	20.648	41.373
Passivo Circulante	20.648	18.044
Passivo Não Circulante	-	23.329

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	30/09/2020	31/12/2019
IRRF sobre aplicações financeiras/JCP	2.779	2.132
IRPJ – exercícios anteriores	55	54
CSLL – exercícios anteriores	7	7
CSLL antecipação	51	-
COFINS/PIS	24	24
	2.916	2.217

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 30 de setembro de 2020 está distribuída da seguinte forma:

Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	30/09/2020	31/12/2019			
Energias do Brasil ¹	32.947	41.823	ON	1.892.432	0,31
Light ²	11.125	18.228	ON	767.234	0,26
	44.072	60.051			

¹EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil

²Light S.A. – Light

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA, não sendo reclassificados para o resultado.

Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, ter influência significativa nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	4.339.188	0,6585
EMAE	PN	523.911	1,4200
Eletronet	ON	149.999.510	49,0000

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	67.239	14.255	81.494
Participação Societária	10.704	988	11.692
JCP/Dividendos	(1.648)	(197)	(1.845)
Outros Result. Abreg. - ORA	145	-	145
Saldo em 30/09/2020	76.440	15.046	91.486

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	73.371	12.336	85.707
Equivalência	1.102	710	1.812
Outros Result. Abrangentes	28	-	28
Dividendos /JCP Recebidos	(2.440)	-	(2.440)
Saldo em 30/09/2019	72.061	13.046	85.107

A Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na CTEEP, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP

	CTEEP	Partic. 0,658%
Patrimônio Líquido 30/09/20	13.331.320	87.796
Ajuste alinhamento polít. contábeis – até dez/19	(1.575.059)	(10.359)
Ajuste alinhamento polít. contábeis no exerc. – até set/20	(149.335)	(997)
Saldo ajustado em 30/09/20	11.606.926	76.440

II.1 Investida Eletronet

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, representando as Cedentes, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vêm adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A renovação dos contratos ECE-1165/99 e ECE-1166/99, ocorrida em 20 de fevereiro de 2020, é fundamental para a continuidade normal das operações da Eletronet, bem como, para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

No dia 23 de outubro de 2020, foram aprovadas pela administração da Eletronet as Demonstrações Contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do passivo a descoberto do exercício findo em 30 de setembro de 2020.

	Capital Social	Lucro (Prejuízos) acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31/12/19	321.387	(486.573)	117.704	(47.482)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	6.688	(6.688)	-
IR e CSLL s/ ajuste de Aval. Patrim.	-	(2.274)	2.274	-
Prejuízo do 1º trimestre	-	(20.405)	-	(20.405)
Saldos em 30/09/20	321.387	(502.564)	113.290	(67.887)

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Foram realizados ajustes na Demonstração do passivo a descoberto da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

- 1) Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 113.290, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885, em 2018 no montante de R\$ 5.885, em 2019 no montante de R\$ 5.886 e no período de janeiro a setembro de 2020, no montante de R\$ 4.414;
- 2) Ressalva do auditor independente referente Provisão de imposto de renda e contribuição social, no valor negativo de R\$ 15.708.

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 23 de outubro de 2020, a Eletronet possui capital circulante líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos. Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação presente no plano diretor, que inclui a renovação do contrato de concessão para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras, do acordo de acionistas e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

Participação da Eletropar no passivo a descoberto ajustado da Eletronet

	Eletronet	Partic. 49%
Passivo a descoberto 30/09/20	(67.887)	(33.265)
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(128.998)	(63.209)
Saldo ajustado em 30/09/20	(196.885)	(96.474)

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

II.2 Ativo e Passivo Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

30/09/2020						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	101.653	21.113.067	3.063.071	4.820.329	13.331.320
EMAE	1,42	82.376	1.497.914	-	520.568	1.059.722
Eletronet	49,00	741.495	42.887	-	852.269	(67.887)

31/12/2019						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	95.867	18.922.944	1.062.512	6.161.980	11.794.319
EMAE	1,42	77.804	1.348.898	-	436.477	990.225
Eletronet	49,00	300.249	46.899	-	394.630	(47.482)

II.3 Resultado Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

30/09/2020						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	2.614.844	338.966	(477.720)	(625.483)	1.764.923	(13.825)
EMAE	299.524	94.112	(640)	(30.949)	69.497	(1.405)
Eletronet	91.173	1.639	(32.683)	2.274	(20.405)	(33.610)

Notas Explicativas
 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA


30/09/2019						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	1.919.593	303.540	(440.299)	(308.027)	1.246.903	(14.398)
EMAE	298.895	66.202	(1.286)	(22.938)	50.028	(1.209)
Eletronet	82.499	1.780	(12.055)	2.274	6.581	(15.957)

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	30/09/2020	31/12/2019
Avaliados ao valor justo	44.072	60.051
Avaliados por equivalência patrimonial	91.486	81.494
	135.558	141.545

NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

	30/09/2020	31/12/2019
PARTES RELACIONADAS	22.181	42.911
ELETROBRAS	1.533	1.538
Cedentes*	20.648	41.373
TERCEIROS	95	288
TOTAL	22.276	43.199
CIRCULANTE	22.276	19.870
NÃO CIRCULANTE	-	23.329

*Item descrito na nota explicativa de nº 8.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social**

Os tributos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	01/01/20 a 30/09/20	01/07/20 a 30/09/20	01/01/19 a 30/09/19	01/07/19 a 30/09/19
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	33.737	2.405	(1.269)	2.093
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	11.471	818	(431)	712
Efeitos de adições e (exclusões):				
Equivalência patrimonial e dividendos	(4.103)	(1.178)	(845)	(1.132)
Provisão/(reversão) Crédito Eletronet	(7.931)	-	718	(36)
JCP recebidos CTEEP	337	-	-	-
Outros	(18)	(6)	154	52
	<u>(11.715)</u>	<u>(1.184)</u>	<u>27</u>	<u>(1.116)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	-	(122)	-	-
Alíquota efetiva	0,00%	(5,07%)	0,00%	0,00%

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/2019	11.847
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(5.434)
Saldo em 30/09/2020	6.413
Saldo em 31/12/2018	5.417
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	6.430
Saldo em 31/12/2019	11.847

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 30 de setembro de 2020 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.504	1.915.985	16,29
	28.505	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 30 de setembro de 2020, é de R\$ 16,98 por ação (R\$ 14,99 por ação, em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/20 a 30/09/20

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	33.737
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>2,86786</u>

Notas Explicativas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

**01/01/19 a 30/09/19**

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	(1.269)
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>(0,10783)</u>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PASSIVO		
Contas a pagar		
- Eletrobras ³	1.533	1.538
	1.533	1.538

³Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infraestrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

www.eletobraspar.com.br

Notas Explicativas
 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA


	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	1.214	1.668
Aluguel	180	126
Limpeza e Conservação	-	19
Cópias	-	13
Energia	-	8
Telefone	-	14
Auditoria Externa	15	11
	<u>1.309</u>	<u>1.859</u>

II – Coligadas

CTEEP	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	1.648	6.554
Participação Societária	76.440	67.239
	<u>78.088</u>	<u>73.793</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	145	(277)
	<u>145</u>	<u>(277)</u>

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	10.704	(1.102)
	<u>10.704</u>	<u>(1.102)</u>

EMAE	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	197	201
Participação Societária	15.046	14.255
	<u>15.243</u>	<u>14.456</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	-	805
	<u>-</u>	<u>805</u>

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	988	710
	<u>988</u>	<u>710</u>

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	723	639
Encargos Sociais	187	163
Benefícios	57	58
	<u>967</u>	<u>860</u>

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui processos com risco de desembolso futuro provável. No entanto, existem 3 processos possíveis que atua como solidária, sendo dois originais da Eletronet e um da Eletrobras. Somados, os processos totalizam R\$647 mil.

NOTA 17 – Evento Subsequente

I – Recebimentos crédito Eletronet

No mês de outubro de 2020, a Eletronet realizou o pagamento de R\$ 1.280 mil referente a apuração do direito de passagem do mês de setembro de 2020.

II – Contrato de Confissão de Dívida Eletronet

Uma vez que ainda não se conta com a anuência da ANEEL aos contratos de cessão e compartilhamento, em 08 de outubro de 2020, foi realizada reunião do Comitê Diretor das Empresas Cedentes, onde aprovaram a prorrogação por 180 dias, extensível por mais 180 dias, a contar da data em que os contratos de cessão e compartilhamento estejam celebrados e contem, concomitantemente, com a anuência da ANEEL, dos cenários de capitalização da ELETRONET por terceiro investidor ou pela ELETROPAR, ou ainda a venda conjunta das participações do sócio majoritário e da ELETROPAR, em representação às Empresas Cedentes.

Diante disso, foram prorrogados por 180 dias, a contar da anuência da ANEEL, os prazos apresentados na nota explicativa nº8, que são: (i) até 20.11.2020 por um

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



terceiro investidor que subscreva ações a serem emitidas em aumento de capital na Eletronet; (ii) até 22.11.2020 por meio de subscrição, pela Eletropar, de ações a serem emitidas em aumento de capital da Eletronet; ou(iii) de 21.11.2021 caso Eletropar e LT Bandeirante realizem venda conjunta da totalidade das ações de emissão da Eletronet (“Venda Conjunta”).

Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
*Diretor Financeiro, de Gestão e de
Relações com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos
*Contadora
CRC-RJ 101.402/O-6*

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Eletrobras Participações S.A - Eletropar

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas no Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às Informações Trimestrais, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

Portanto, os Diretores aprovam a emissão do Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020.

Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e tomaram conhecimento do Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020.

Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores